

HABEAS CORPUS Nº 548.691 - SP (2019/0357205-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CONRADO DE SOUZA FRANCO
ADVOGADO : CONRADO DE SOUZA FRANCO - SP247620
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL CARDOSO DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GABRIEL CARDOSO DA SILVA, apontando como autoridade coatora a 14ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0000134-41.2018.8.26.0246.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 9 (nove) anos, 3 (três) meses e 4 (quatro) dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no 33 da Lei 11.343/2006.

Irresignados, a defesa e o Ministério Público apelaram, tendo o recurso do réu sido parcialmente provido para redimensionar a reprimenda que lhe foi cominada para 7 (sete) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, oportunidade em que se determinou a expedição de mandado de prisão após o esgotamento das vias ordinárias.

Contra tal decisão, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados, corrigindo-se, de ofício, o nome do acusado constante do relatório e do dispositivo do acórdão.

Sob o argumento de que a prisão do acusado antes do trânsito em julgado seria ilegal, a defesa impetrou neste Superior Tribunal de Justiça o HC n. 533.426/SP, cuja ordem foi concedida para suspender a execução provisória da pena imposta ao paciente até o esgotamento da jurisdição ordinária.

Sustenta o impetrante que a autoridade impetrada teria certificado o trânsito em julgado da condenação antes do julgamento dos segundos aclaratórios opostos pela defesa, desrespeitando a decisão proferida por este Sodalício no HC n. 533.426/SP.

Alega que, diante da certificação do trânsito em julgado do édito repressivo, o magistrado singular determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor do réu, o que seria ilegal.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da certidão de trânsito em julgado do recurso de apelação, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja anulada.

É o relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque a impetração não foi instruída com documentos que comprovem a data em que protocolados os segundos aclaratórios, tampouco com certidão ou outra peça processual atestando que o trânsito em julgado foi certificado sem que tal insurgência fosse apreciada, circunstância que impede a análise da plausibilidade jurídica da tutela requerida.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia.

Com estas, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator